

1.

Introdução

O interesse pelo tema da permanência de alunos pobres no ensino superior investigado nesta dissertação surgiu dos estudos realizados, em 2005, para o curso de extensão em Serviço Social – “O trabalho do Assistente Social na Área de Educação”, promovido pela Faculdade de Serviço Social da UERJ, associado às inquietações do cotidiano da intervenção profissional no Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio – FESP onde o público alvo atendido são alunos bolsistas integrais, dentre eles os de Ação Social e do ProUni, regularmente matriculados na Universidade.

A identificação com o tema para além das inquietações profissionais construídas no cotidiano, abarca as motivações da experiência vivida como aluna da PUC-Rio, bolsista e pobre. Ao ingressar na referida Universidade, no curso de Serviço Social, em 2001, proveniente de um curso Pré-Vestibular Comunitário, a realidade vivenciada naquele momento não foi muito diferente da que hoje se conhece no FESP e que pode ser resumida com a frase proferida por um de nossos bolsistas e que dá título à presente dissertação: “Passar é fácil, continuar é que é difícil...”

Dirigido aos alunos pobres, bolsistas integrais, especialmente os de Ação Social, que ingressam nas diferentes graduações oferecidas pela PUC-Rio, via Pré - Vestibulares Comunitários, com o objetivo de garantir a permanência dos mesmos na Universidade, o FESP, ao longo de mais de dez anos de atuação, tem atendido necessidades específicas para sua manutenção na Universidade, entre elas podemos citar: alimentação durante o período de estadia no campus universitário; transporte para o local; moradia em residência próxima à Universidade e material didático, livros e cotas de cópias no laboratório de informática. A estas necessidades, acrescentaríamos algumas situações evidenciadas não só durante o processo de seleção do Projeto, mas também nas entrevistas de acompanhamento anual, quais sejam: medicamentos para problemas de saúde, tratamentos odontológicos e atendimentos psicoterápicos. Tais necessidades requerem ações de intervenção no campo da assistência que possam garantir a permanência, com qualidade na educação superior, e o bom aproveitamento acadêmico desses alunos.

A esse grupo de alunos, juntaram-se, a partir de 2005, os bolsistas provenientes do Programa Universidade para Todos – ProUni, criado pelo Governo Federal para possibilitar o maior acesso ao ensino superior de estudantes pobres.

A ampliação no número dos atendimentos e a percepção de que o público alvo do Projeto FESP se transforma de acordo com a implementação de programas de governo de acesso ao ensino superior, reforçam a necessidade de políticas assistenciais que garantam a permanência dos alunos em seus respectivos cursos.

Na atual conjuntura brasileira muito se discute sobre o capitalismo contemporâneo e suas formas de expressão: o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a globalização que influenciam no planejamento e execução das políticas sociais. Com relação às políticas sociais voltadas para o ensino superior, com recortes assistenciais, representadas pelos programas de bolsas para manutenção do estudante, faz-se necessário pontuar o processo de sucateamento e privatização do ensino superior, deflagrado na década 80 via uma série de decretos legais que iniciam o processo de ampliação de rede privada de ensino superior.

Segundo Sampaio (2000, p.115) o Estado brasileiro detém o controle do sistema de ensino superior, porém não possui seu monopólio, dividindo suas ações com a iniciativa privada. Durante a década de 90 temos o advento da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 – LDB/96 – que tem a função de definir e regular a educação. Com relação ao ensino superior regula o reconhecimento e credenciamento de cursos de instituições de ensino privado e público, a realização de avaliação periódica, entre outras funções, e ainda, prevê que o tripé da educação superior – ensino, pesquisa e extensão, só deve ser seguido pelas Universidades, as demais modalidades estão isentas. No ano de 1997, há um crescimento no número de disposições legais relativas ao ensino superior que compreendem desde definição de prazos e procedimentos até a regulamentação de novas modalidades de instituição de ensino no país (centros universitários) e ainda de instituições particulares com fins lucrativos.

Desta forma, a expansão de instituições de ensino superior privadas é impulsionada durante a década de 90, e são nessas instituições privadas e filantrópicas que se implementa o PROUNI. De acordo com Corbucci (2002,

p.105), em 1999 o ensino superior atendia a 2,3 milhões de alunos, sendo que 65% do total estudavam nas instituições privadas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o Brasil é um país que sofre historicamente com a desigualdade social, enfrentada principalmente pela classe-que-vive-do-trabalho¹. Assim, os estudantes atendidos pelo FESP entram na Universidade em condições desfavoráveis frente aos demais. Tal situação sobressai em especial na rede privada de ensino, onde a divisão de classes é mais evidente, expressa através do rótulo de ser ou não bolsista, e sinaliza que a questão do ensino superior, para esses alunos, não é só o acesso, mas também a permanência.

A permanência desses alunos no ensino superior, abordada pela presente dissertação, encontra-se em voga, pois com o advento do ProUni, cada vez mais, a classe-que-vive-do-trabalho se insere nos espaços considerados de elite, como o ensino superior.

Mediante o que foi até aqui exposto, sentimos necessidade de aprofundar o conhecimento a respeito dos alunos atendidos pelo FESP levantando, entre outras, as seguintes questões: Quem são os alunos atendidos pelo FESP? Quais as diferenças entre alunos ingressantes pelo PROUNI e os que possuem bolsa Ação Social? Como os alunos atendidos pelo PROUNI o percebem? Como tomaram conhecimento do FESP? Como os alunos percebem o FESP? Antes de serem atendidos no FESP, a que estratégias recorriam para permanecerem na Universidade? Estas questões nos mostraram a necessidade, também, de um estudo mais aprofundado do próprio Projeto Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio, enquanto mecanismo de apoio à permanência no ensino superior de alunos pobres da PUC-Rio, no que diz respeito, especialmente, aos motivos que levaram à sua criação, como era realizado o atendimento e as idéias que consubstanciavam as ações desenvolvidas pelo grupo “pioneiro” naquele momento.

¹ A classe-que-vive-do-trabalho é um conceito apresentado por Antunes (2005), onde o autor agrega à classe trabalhadora os considerados ‘formais e informais’. “Uma noção ampliada de classe trabalhadora deve incluir também todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando-se além do proletariado industrial e os assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Incorpora o proletariado precarizado, subproletariado moderno, *part-time*, o novo proletariado dos *Mc Donald's*, os trabalhadores terceirizados e precarizados, os trabalhadores assalariados da chamada ‘economia informal’ – que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital - , além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural.” (ANTUNES, 2005, p.60)

Segundo Minayo (1998), a pesquisa é uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação entre teoria e dados. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo inacabado e permanente. Assim, na busca de respostas às nossas indagações, realizamos como trabalho de campo uma investigação que se utilizou de dados quantitativos e qualitativos.

Para resgatar a história do FESP, realizamos a leitura e análise dos documentos constantes de seus arquivos, e ainda, fizemos entrevistas semi-estruturadas com sete pessoas, entre funcionários e professores da Universidade, diretamente ligados à criação e implementação do referido Projeto. A seleção destas pessoas tomou por base os seguintes critérios: a) ter atuado no Conselho de Solidariedade (CONSOL); b) ter sido uma das primeiras pessoas a trabalhar diretamente no FESP e que ainda permanecem no Projeto.

No que se refere aos alunos, elaboramos o perfil sócio-econômico e demográfico, com base nos dados quantitativos dos que foram atendidos no ano de 2007. Tivemos como fonte, as fichas de cadastro utilizadas pela equipe de Serviço Social nas entrevistas de concessão dos auxílios e o universo pesquisado constituiu-se de 740 pessoas. Os resultados foram apresentados através de gráficos e tabelas.

Os dados qualitativos foram colhidos com o objetivo de conhecer a percepção dos bolsistas quanto a ajuda que recebem do FESP, bem como, os mecanismos por eles utilizados para permanecerem na Universidade antes de participarem do Projeto. Realizamos entrevistas semi-estruturadas com um grupo de 16 alunos bolsistas selecionados segundo os critérios: a) ser bolsista Ação Social ou ProUni; b) pertencer a família com mais de seis membros, incluindo o aluno; e c) pertencer à menor faixa de rendimento familiar atendida pelo FESP. Estes critérios nos possibilitaram identificar 19 alunos que foram convidados a participar do estudo. Contudo, apenas 16 se disponibilizaram a conceder a entrevista. Aos entrevistados foi explicitado o objetivo da pesquisa, e eles assinaram o termo de consentimento de entrevista.

Para apresentar os dados coletados e as reflexões realizadas, estruturamos esta dissertação em três capítulos. O primeiro, denominado “Ensino Superior e pobreza em tempos neoliberais: algumas reflexões” dissertamos sobre a conjuntura social brasileira e os rebatimentos do ajuste neoliberal, bem como, as políticas de enfrentamento da pobreza. No que se

refere ao ensino superior, realizamos um breve histórico de sua construção, tendo como base a formação da elite econômica e política do Brasil, assim como a expansão do setor privado e a transferência de responsabilidade pública (do Estado) para o privado (o Mercado), atendendo à política de ajuste neoliberal, também presente na Educação. Procuramos apresentar o debate atual sobre o acesso ao ensino superior, recortando a questão no âmbito privado, através da análise do ProUni, enquanto Programa de Governo em consonância com as políticas de ajuste neoliberal.

No segundo capítulo, que denominamos “A PUC-Rio e o Projeto FESP” discorreremos, num primeiro momento, uma breve contextualização da PUC-Rio, enquanto lugar onde se desenvolve o FESP, sendo a instituição que determina os seus princípios norteadores e os programas de bolsas de estudos que desenvolve. Neste momento demos enfoque a dois tipos de bolsa: Ação Social e ProUni, uma vez que representam a maioria dos alunos atendidos pelo FESP. Posteriormente, em um segundo momento, passamos a descrever a trajetória do FESP, os motivos de sua criação na visão de alguns pioneiros, bem como, sua dinâmica e estrutura atual.

No terceiro capítulo, intitulado “Os alunos atendidos pelo FESP e suas percepções sobre o Projeto” apresentamos o perfil dos 740 alunos atendidos no ano de 2007. Os depoimentos nos possibilitaram conhecer as percepções dos alunos sobre a conjuntura do acesso e permanência no ensino superior, o ProUni, a PUC-Rio e, por fim, o próprio FESP.

Esperamos que esta dissertação mostre um pouco da riqueza e da complexidade de um Projeto voltado para a permanência de alunos provenientes dos extratos populares no ensino superior. Com o advento do ProUni há uma tendência de aumento da demanda por políticas de permanência na rede privada da educação superior, tendo em vista o público alvo do referido Programa de Governo. A reflexão da permanência no ensino superior de alunos bolsistas pobres da PUC-Rio, pode ser utilizada como referência para futuros estudos sobre o tema e contribuir com os futuros profissionais de Serviço Social que venham atuar na área da assistência ao estudante universitário.